

Tunísia, Líbia e Egipto), que encontra raízes em civilizações importantes como a egípcia, a cartaginesa, a macedónica, a romana ou a árabe, é caracterizada pela sua larga autonomia e a separação da Europa pelo «mar entre terras», e tem na religião islâmica e na língua árabe os seus factores identificativos. A África Negra apresenta especificidades de maior variação, seja ao nível da cultura ou da localização geográfica: a região saheliana, que vai da Mauritânia ao Sudão, corredor migratório a partir do qual se formaram grandes reinos (Congo, Luba, Lunda, Mossi, Hansa) e onde o contacto e a partilha de diferenças étnico-religiosas (berberes/negros e cristãos/islâmicos/animistas) são uma realidade; a África do Médio Oriente (parte da Líbia, do Egipto e do Sudão, a Eritreia, Etiópia, Djibuti e a Somália), cintura politicamente fragmentada que confina com o mar Vermelho e o oceano Índico, marginalizada em relação ao Magrebe e ao sul do Sara e que, com excepção da Etiópia, se identifica culturalmente com a península Arábica; a África do *Midland Ocean*, que percorre uma longa faixa ribeirinha desde a Mauritânia ao Congo-Brazzaville, que tem no mar uma fonte de riqueza e ligação intercontinental e onde a influência política e cultural ocidental é notória; a África Central, marcada pela interioridade, apresenta a vulnerabilidade de dependência dos Estados ribeirinhos para comercializar para o exterior e a necessidade de contenção dos circundantes; a África Meridional (Angola, Zâmbia, Tanzânia, Moçambique, Namíbia, Botsuana, África do Sul, Lesoto e Suazilândia), onde existe uma cultura europeia multfragmentada; a África Insular (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Madagáscar, Comores, Seicheles), com uma configuração territorial descontínua (Madagáscar é excepção).

Definição de fronteiras na África *res nullius*!

Até à segunda metade do século XIX, o conhecimento de África para os europeus resumia-se, exceptuando alguns entrepostos costeiros, à região mediterrânica, onde Estados independentes estavam sustentados territorialmente: em Marrocos, os alauitas foram derrotados pelos franceses (1844),

cedendo-lhes a “suserania”, partilhada depois com a Espanha (1912); na Argélia, a França sobrepôs-se ao domínio turco (1848); a Tunísia foi também ocupada pelos franceses (1881); a Líbia, parte integrante do Império Otomano, foi transformada num protectorado da Itália (1912); o Egipto era parte integrante do Império Britânico desde o início do século.

Pelo contrário, a África Negra era para os europeus um espaço longínquo, algo desconhecido e considerado agreste. Mas a África dos africanos já existia muito antes da chegada dos árabes no século VII, dos portugueses no XV ou de franceses, ingleses e holandeses nos seguintes, onde nações sustentadas em organizações políticas, sociais e administrativas e a actividade comercial entre as populações residentes ou com árabes e indianos eram uma realidade. De acordo com Wolfgang Döpcke, na África pré-colonial as sociedades africanas tinham uma ideia clara de territorialidade, marcada por fronteiras tipo zona, imperando uma «terra de ninguém» como área transfronteiriça. Como o Estado era definido política e não culturalmente, as fronteiras pré-coloniais separavam entidades políticas mas não linguísticas, étnicas ou culturais.

A partir de 1860, as sucessivas explorações europeias despertam a cobiça de agricultores, de comerciantes, de caçadores e de aventureiros, e os Estados vêem no “Continente Negro” a solução dos seus diferendos políticos, dificuldades económicas, excedentes demográficos e expansão civilizacional. Com a recessão, a partir de 1873, o crescimento económico de cada país depende do acesso privilegiado a matérias-primas e a mercados externos mais ou menos cativos. Com África ali tão perto, que o “Velho Continente” entende como *res nullius* (sem dono), inicia-se a corrida. Portugal percebeu a ameaça e demandou, de novo, a África onde detinha a vantagem de posições estabelecidas e de direitos legais adquiridos. Após a exploração da África Meridional, Portugal procura a concordância da Inglaterra (Tratado do Congo, 1884) para a posse territorial da área ribeirinha do Congo, área comercial nevrálgica que ligava o mar ao interior. Porém, a França e

a Bélgica opuseram-se. Da discórdia, surgiu a Conferência de Berlim (1884-1885), organizada pelo chanceler Otto Bismarck, o que não deixa de ser curioso, tratando-se de uma potência sem tradição colonial. A afirmação imperial do II Reich e a reaproximação à França explicam-no.

Os burocratas europeus deliberaram, então, a liberdade de navegação à *la carte* no Congo e no Níger, enquanto medida para evitar monopólios comerciais na região, e a consagração do princípio da ocupação efectiva dos territórios do litoral, em detrimento do princípio do direito histórico. São fixadas as fronteiras do Congo em proveito de Leopoldo II da Bélgica e estabeleceu-se um acordo sobre os critérios de futuras anexações em África, ficando claro que a reunião não trataria de questões de soberania ou de reivindicações territoriais, ou seja, excluiu-se o *binterland*, passível de fazer da potência instalada no litoral dona do espaço que confinava com o interior. Portanto, o papel da Conferência de Berlim, relativamente à partilha de África e ao desenho de fronteiras, foi limitado, cingindo-se à proclamação de regras, embora tenha lançado as bases para o estabelecimento das fronteiras coloniais, que os Estados europeus redigiram, através de acordos bilaterais, em áreas de influência. Assim, o resultado da visão eurocentrista de África foi o estabelecimento das formas geométricas de alguns Estados, através da conjugação de linhas de latitude e longitude dos mapas dos topógrafos, recorrendo-se a obstáculos físicos para a sua delimitação quando necessário (margens de rios e lagos, orografia identificável, troncos de mangueira, embondeiros, termiteiras e blocos de cimento). Mas, em muitos sectores, o trabalho de demarcação não foi realizado, e noutros foi-o de forma imprecisa, provocando divergências na interpretação fronteiriça. Divergências que originaram alguns conflitos: entre a França e a Itália, sobre a integração dos oásis sarianos; entre a França e Grã-Bretanha, com a abertura do canal do Suez, na Fachoda, devido ao vale do Nilo, e no lago Tchad; entre britânicos, franceses, alemães e italianos na partilha da África Oriental; entre Portugal e a Alemanha, no Norte de Moçambique e no Sul de Ango-

la; entre ingleses e os bóeres holandeses no Cabo. Das partilhas resultaram ainda «áreas ocultas», devido a lacunas e erros dos mapas de África, distorcendo o traçado de rios e montanhas e ignorando áreas povoadas. A definição das fronteiras de África, sem consideração pelas especificidades locais, segundo John Raider, cortaram 177 áreas culturais étnicas, dividindo unidades económicas e sociais preexistentes e, como refere Marc Ferro, as características da sociedade africana foram vilipendiadas, nomeadamente os clãs e a linhagem, os princípios hierárquicos e o agrupamento doméstico. O resultado foi a separação de um mesmo povo ou a concentração em áreas específicas de comunidades humanas que rivalizavam entre si, submetendo o sistema político-social africano à ideia europeia de um continente entendido como reserva estratégica que, dividido a preceito, fez jus à afirmação de Bismarck de que “o meu mapa de África está na Europa”. Acrescente-se que as fronteiras geográficas apostas em finais do século XIX tinham uma vocação fundamentalmente administrativa, isto é, separavam áreas de influência entre as potências europeias e marginalizaram o *status* político de chefias africanas dominantes, sem entravar, de todo, a circulação transfronteiriça das pessoas. Por isso, a resistência à ocupação, por um lado, foi evidente, obrigando os europeus à necessidade de impor pelas armas os “direitos territoriais adquiridos”, por outro, populações que viviam perto das fronteiras aproveitaram a situação em proveito próprio. ■

Referências

- CHISSANO, Joaquim, (2008) – *Entrevista*. Maputo: Notícias, 21 de Janeiro.
- BONIFACE, Pascal (1999) – *Atlas das Relações Internacionais*. Plátano Edições Técnicas.
- KI-ZERBO, Joseph (1972) – *História da África Negra*. Publicações Europa-América.
- HUNTZINGER, Jacques (1991) – *Introdução às Relações Internacionais*. PE Edições.
- READER, John (2002) – *África. Biografia de um Continente*. Publicações Europa-América.
- DÖPCKE, Wolfgang (1999) – “A vida longa das linhas rectas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*.
- M'BOKOLO, Elikia (2007) – *África Negra. História e Civilizações. Do Século XIX aos Nossos Dias*. Edições Colibri.
- BACH, Daniel (1995) – “Contraintes et Ressources de la Frontière en Afrique Subsaharienne”. In *Revue Internationale de Politique Comparée*, n.º 3.